

GEOGRAFIA E TOPONÍMIA: HISTÓRIA, PERSPECTIVAS E AGENDAS DE PESQUISA NO BRASIL

GEOGRAFÍA Y TOPONIMIA: HISTORIA, PERSPECTIVAS Y AGENDAS DE INVESTIGACIÓN EN BRASIL

Paloma Barcelos Teixeira ¹

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil

Resumo

Considerando que os estudos toponímicos no Brasil permanecem tradicionalmente fundamentados na linguística, objetiva-se traçar um panorama dos estudos geográficos toponímicos no país. Para tanto, analisamos os números da Revista Brasileira de Geografia de 1939 a 2005, em busca de pesquisas sobre toponímia, visando identificar as abordagens e tendências adotadas por esses estudos geográficos. Para complementar essa análise e incluir as perspectivas contemporâneas, realizamos um levantamento de trabalhos específicos de geógrafos, publicados entre 2002 e 2023, também voltados à toponímia. Desse modo, observa-se que as investigações toponímicas no Brasil historicamente contribuíram para a construção de uma identidade geopolítica e, apesar de avanços, ainda são fortemente influenciadas pela linguística. O que permite concluir que há uma demanda urgente por uma abordagem crítica da toponímia na geografia brasileira, que revele como os nomes de lugares são moldados por forças sociais, políticas e culturais, expondo as desigualdades e as relações de poder nos processos de nomeação.

Palavras-chave: Toponímia; Geografia; Revista Brasileira de Geografia; Toponímia crítica.

Resumen

Considerando que los estudios toponímicos en Brasil siguen tradicionalmente fundamentados en la lingüística, el objetivo es trazar un panorama de los estudios toponímicos geográficos en el país. Para ello, analizamos los números de la Revista Brasileira de Geografia de 1939 a 2005, en busca de investigaciones sobre toponimia, con el fin de identificar los enfoques y tendencias adoptados por estos estudios geográficos. Para complementar este análisis e incluir las perspectivas contemporâneas, realizamos un levantamiento de trabajos específicos de geógrafos, publicados entre 2002 y 2023, también enfocados en la toponimia. De este modo, se observa que las investigaciones toponímicas en Brasil han contribuido históricamente a la construcción de una identidad geopolítica y, a pesar de los avances, aún están fuertemente influenciadas por la lingüística. Esto permite concluir que existe una necesidad urgente de un enfoque crítico de la toponimia en la geografia brasileña, que revele cómo los nombres de los lugares son moldeados por fuerzas sociales, políticas y culturales, exponiendo las desigualdades y las relaciones de poder en los procesos de nominación.

Palabras clave: Toponimia; Geografía; Revista Brasileira de Geografía; Toponimia crítica.

Recebido em: 07/10/2024 | 11/09/2025

Correspondência para: Paloma Barcelos Teixeira (paloma93barcelos@hotmail.com)

INTRODUÇÃO

Desde o uso da linguagem, os seres humanos sempre deram nomes às coisas e lugares que os cercam. Essa prática é fundamental para a comunicação, organização e orientação no espaço. Através dos nomes, é possível identificar, descrever e referenciar objetos e lugares específicos. Os nomes também possuem um importante valor cultural e histórico, pois estão relacionados à história, tradições e crenças das comunidades que os criam e utilizam. Além disso, a criação de novos nomes também pode ser uma forma de expressão artística e criativa, permitindo que as pessoas deixem suas marcas na paisagem cultural e histórica.

Por meio de sua etimologia, a “toponímia” é definida como o estudo dos nomes atribuídos aos lugares, os quais constituem elementos significativos da identidade cultural de





um grupo, refletindo sua história, geografia e cultura. A palavra “toponímia” vem do grego “topos” (τόπος), que significa “lugar”, e “onoma” (ὄνομα), que significa “nome” (Carvalho, 2012). Enquanto campo de estudo, a toponímia se refere à análise linguística, política, social, histórica ou cultural dos nomes geográficos, sendo capaz de evidenciar a complexidade da relação entre os homens e o espaço vivido, em constante transformação.

O linguista Charles Rostaing (1958), destacou a importância do processo temporal na toponímia, afirmando que “a toponímia visa pesquisar o significado e a origem dos nomes de lugares e estudar suas transformações” (Rostaing, 1958, p. 05, tradução nossa). O autor induz uma visão que vai além da Linguística, indicando que a compreensão das mudanças nos topônimos requer também o exame de fatores culturais e sociais. Nesse sentido, ciências como a Geografia se interessam pela maneira como os topônimos se relacionam com a construção e a dinâmica territorial.

É nesse contexto que se insere o chamado “novo olhar crítico” ou “toponímia crítica”, como apontam Berg e Vuolteenaho (2009). Esse campo emergente busca investigar a relação entre poder, memória e identidade na nomeação dos espaços. Em vez de se limitar à etimologia ou à história dos topônimos, a toponímia crítica examina as intenções e os interesses subjacentes aos nomes dos lugares. Ela questiona quem detém o poder de nomear, que grupos são representados ou silenciados, e como os nomes de lugares moldam e refletem relações de poder no território. Assim, o estudo dos topônimos pode ser compreendido como uma ferramenta para entender a política e a construção de narrativas territoriais, suscitando a necessidade de refletir sobre como articular a dimensão linguística com as análises sociais, a produção do território, a cultura e a linguagem.

Nosso objetivo com esse artigo é apresentar um panorama geral dos estudos e estudiosos da toponímia na Geografia brasileira, com ênfase em como os geógrafos utilizaram e utilizam os topônimos como ferramenta para a compreensão do território. A partir dessa análise, buscaremos identificar como os nomes dos lugares se conectam a temas como a organização espacial e as relações de poder, além de explorar as tendências e os desafios enfrentados nesse campo de estudo. Nosso intuito é fornecer uma visão ampla e atualizada da interface entre toponímia e Geografia no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento desse debate. Para isso, faremos uma abordagem teórica com viés histórico, desde a origem dos estudos toponímicos franceses, aproximadamente nos anos 1900, até os estudos anglófonos contemporâneos, por volta de 2000, sob uma nova vertente: o olhar crítico da Geografia. Esse resgate se faz necessário, uma vez que os estudos toponímicos, ao chegarem ao Brasil, trazem consigo uma forte influência de sua origem francesa.

ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE A TOPONÍMIA NA GEOGRAFIA

Na abordagem teórica da toponímia, é imprescindível reconhecer a contribuição dos pioneiros linguistas franceses que moldaram o campo. Auguste Longnon é amplamente reconhecido por ter sistematizado os estudos sobre nomes de lugares na França. Sua obra



póstuma, *Les noms de lieux de la France* (1921), estabeleceu uma base sólida para conectar os topônimos aos contextos históricos e geográficos, destacando a importância dos nomes de lugares na compreensão das transformações territoriais ao longo do tempo (Marichal; Mirot, 1921, Dauzat, 1963; Dick, 1990).

Após a morte de Longnon, Albert Dauzat tornou-se uma figura central na continuidade e expansão dos estudos toponímicos. Com uma influência que transcendeu as fronteiras francesas, Dauzat organizou o primeiro Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia em 1938, marcando o início de uma maior autonomia para a toponímia em relação à Linguística (Souillet, 1955). Esse evento evidenciou o potencial da toponímia como um campo de estudo independente, capaz de explorar as complexas interações entre espaço, história e sociedade.

À medida que o interesse pela toponímia se ampliava, a metáfora cunhada por Jean Brunhes — que descreve os nomes de lugares como “fósseis da Geografia humana” — tornou-se um exemplo significativo dessa evolução. Brunhes argumentava que os topônimos podem revelar camadas históricas e culturais de um território (Brunhes, 1962), e essa visão foi posteriormente reforçada por Dauzat. Para Dauzat (1963), os nomes de lugares encapsulam a memória das ocupações humanas, dos fluxos migratórios e das transformações sociais, funcionando como marcos que nos conectam ao passado, à cultura e às dinâmicas espaciais (Dauzat, 1963). Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990), reforçou essa ideia ao destacar a importância dos topônimos na compreensão das transformações históricas e culturais dos territórios, confirmando seu papel como testemunhos da evolução e das mudanças ao longo do tempo (Dick, 1990).

A intersecção entre Geografia e toponímia foi significativamente enriquecida por geógrafos como Vidal de La Blache e Lucien Gallois. Vidal de La Blache reconheceu a relevância dos nomes de lugares para a compreensão geográfica, ainda que seus trabalhos não abordassem diretamente a toponímia. Em suas reflexões sobre o quadro regional da França, La Blache (1909) demonstrou como os topônimos refletem as características físicas e culturais do território, reforçando a ideia de que “os topônimos são fontes vivas da Geografia” (Garau; Sebastián, 2017, p. 387, tradução nossa). Esta perspectiva contribuiu para o reconhecimento do valor dos estudos toponímicos na compreensão do espaço geográfico. No mesmo contexto teórico, Lucien Gallois (1908) explorou a intersecção entre toponímia e Geografia, concentrando-se na importância da nomenclatura geográfica precisa. Em sua análise dos nomes de lugares, especialmente ao norte de Paris, Gallois ressaltou como os topônimos refletem tanto a evolução histórica quanto as características naturais do território (Gallois, 1908). Vidal de La Blache, ao examinar esse estudo, enfatizou a importância de associar os conceitos de “região natural” e “nome de país”, mostrando que entender os topônimos é central para a interpretação geográfica (La Blache, 1909). Assim, Gallois reforça a conexão indissociável entre Geografia, História e toponímia.

No mesmo sentido, Paul Claval (2010), descreve a toponímia como “um tapete de nomes estendido no espaço” (2010, p. 19), argumentando que a Geografia, em uma de suas vertentes, é fundamental para a orientação humana, e que a atribuição de nomes aos lugares é



um reflexo desse processo de orientação e categorização. Segundo ele, “colocamos uma etiqueta em cada lugar conhecido, de modo que possamos nomeá-los (...) a primeira Geografia é a da orientação, completada pelos parâmetros linguísticos: ela é necessariamente parte de qualquer cultura” (Claval, 2010, p. 19). Com isso, entendemos que a Linguística e a Geografia se complementam para explicar a relação existente entre os nomes dos lugares e sua significância geográfica.

No entanto, uma nova perspectiva tem emergido, direcionando o olhar para a Geografia cultural, que considera os nomes de lugares como reflexos das relações sociais, culturais e políticas que moldam o espaço geográfico. Essa abordagem ampliada da toponímia convida a explorar as dinâmicas da motivação toponímica como expressões da identidade local, das relações de poder e da interação entre a sociedade e o ambiente. Nesse sentido, Wilbur Zelinsky contribuiu significativamente para a Geografia cultural e a toponímia com suas análises sobre o papel dos nomes de lugares na formação da identidade e na expressão de ideais políticos e culturais. Ele analisou o estado dos estudos toponímicos nos Estados Unidos, destacando a falta de reconhecimento institucional para o campo. Embora a toponímia seja de interesse para várias disciplinas, como Geografia, Sociologia e Linguística, ele observou que ainda havia muito a ser desenvolvido, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento acadêmico. O geógrafo ressaltou que, apesar da interdisciplinaridade da toponímia e de seu potencial para oferecer novas perspectivas sobre questões políticas, econômicas e de poder, ainda não havia departamentos ou cursos dedicados especificamente ao estudo dos nomes nas universidades americanas, nem instituições interdisciplinares focadas no tema (Zelinsky, 2002).

Apesar das críticas iniciais de Zelinsky (2002) sobre as falhas dos estudos toponímicos, Rose-Redwood, Alderman e Azaryahu (2018) destacaram uma virada crítica nos estudos toponímicos, que redirecionou o foco dos aspectos puramente linguísticos para uma análise mais ampla das dinâmicas de poder e das disputas espaciais envolvidas na nomeação de lugares. Essa nova abordagem, profundamente influenciada pela “nova Geografia cultural” dos anos 1980, rompe com a tradicional análise da paisagem cultural, sugerida pela escola de Berkeley, na qual Zelinsky foi um dos precursores, já que a escola de Berkeley “dominou o campo da Geografia cultural por grande parte do século XX” (Rose-Redwood et al., 2018, p. 04). Nesse sentido, os topônimos deixam de ser apenas marcadores neutros de localização, passando a refletir símbolos de poder e controle, disputas pela memória coletiva e pela identidade territorial (Rose-Redwood et al., 2018).

Ao entender os nomes dos lugares como instrumentos de poder, autores como Yeoh (1996) e Withers (2000) argumentam que a toponímia é uma prática ativa que participa da formação e manutenção de identidades políticas e sociais. Esse controle sobre a nomeação de espaços, especialmente em contextos de mudanças políticas e sociais, revela-se fundamental para moldar ou contestar narrativas dominantes. Desse modo, a luta pelo poder sobre a memória pública é constantemente refletida na renomeação de ruas e monumentos, que funcionam como emblemas de transformação cultural e política (Yeoh, 1996; Withers, 2000; Rose-Redwood, 2011).



Nesse contexto, os estudos de Azaryahu, em colaboração com Rose-Redwood e Alderman (2018), fornecem uma perspectiva ainda mais profunda sobre essas dinâmicas ao desenvolver novos conceitos para a análise da toponímia crítica. Ao tratar a cidade como um “texto cultural”, uma “arena cultural” e um “espaço performativo”, esses autores destacam que os topônimos podem ser compreendidos como campos dinâmicos de negociações simbólicas. O conceito de “texto cultural”, por exemplo, sugere que a cidade pode ser “lida” como um conjunto de signos e símbolos, com os topônimos desempenhando um papel central na construção de narrativas históricas e ideológicas. Ao mesmo tempo, a noção de “arena cultural” destaca que os topônimos são espaços de contestação, onde diferentes grupos sociais lutam por visibilidade e reconhecimento. Já o “espaço performativo” enfatiza que os nomes de lugares estão sempre em transformação, refletindo as ações e performances políticas daqueles que os reivindicam (Rose-Redwood; Alderman, Azaryahu, 2018). Essa visão da toponímia como um processo dinâmico e performativo demonstra que os nomes de lugares vão além das simples convenções administrativas. Eles se configuram como arenas simbólicas onde relações de poder, identidades culturais e memórias coletivas são constantemente articuladas e renegociadas.

A trajetória dos usos e estudos da toponímia reflete a transformação das abordagens sobre o campo: se, inicialmente, para os geógrafos a toponímia era uma ferramenta de localização, nascida com a própria cartografia, preocupada com ocupações e conquistas, os primeiros trabalhos interessados, não em nomear, mas em estudar os nomes dos lugares, ocorreram no campo da Linguística e se concentravam no léxico, na etimologia dos nomes, mais tarde, análises científicas posteriores têm explorado o modo como esses topônimos atuam na construção e na contestação de significados culturais e sociais.

Atravessando todos esses processos temporais, o controle sobre os nomes dos lugares sempre revelou as tensões e as negociações entre diferentes grupos sociais, que buscaram afirmar suas versões da história e moldar a paisagem urbana conforme suas visões de mundo. Após esta breve explanação sobre o campo toponímico e suas complexidades, exploraremos como essas influências se manifestam nos estudos acadêmicos sobre toponímia na Geografia brasileira.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar a revisão bibliográfica e traçar o panorama dos estudos toponímicos na Geografia brasileira, realizamos dois levantamentos distintos de publicações e estudos relacionados à temática: o primeiro levantamento foi feito no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), direcionado nas publicações da Revista Brasileira de Geografia (RBG), e o segundo levantamento foi realizado na plataforma Google Scholar. Ambos os levantamentos visaram mapear a produção acadêmica e as abordagens sobre a toponímia no Brasil. O levantamento na RBG abrangeu o período de 1939 a 2005, e sua escolha se justificou por ser uma das mais antigas e respeitadas publicações técnico-científicas brasileiras na área de Geografia. O objetivo era compreender como os



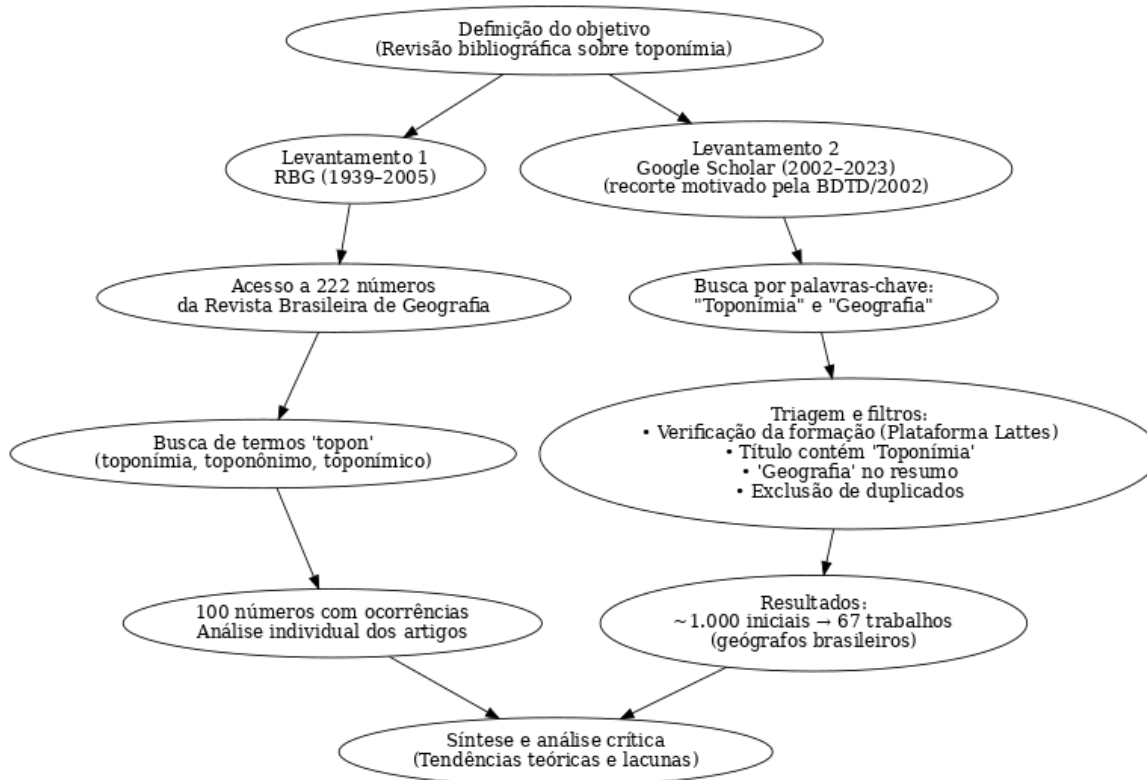
estudos sobre toponímia se manifestaram ao longo da sua história, especialmente nos anos iniciais, quando havia diálogos com intelectuais franceses da época.

Para isso, acessamos 222 números disponíveis da RBG. Cada número foi submetido a uma busca pelos termos “topon”, abrangendo palavras como “toponímia”, “topônimo” e “toponímico”. Encontramos 100 números que continham esses termos. No entanto, foi necessário analisar individualmente cada número, pois a presença dos termos não garantia que houvesse um estudo efetivo sobre toponímia. Esse processo permitiu a compilação de um conjunto significativo de publicações acadêmicas que, direta ou indiretamente, trataram da toponímia ao longo das décadas.

O segundo levantamento foi realizado na plataforma Google Scholar, uma ferramenta que oferece ampla cobertura de artigos acadêmicos, periódicos, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Optamos por utilizar essa plataforma após uma tentativa inicial de explorar bases de dados como a Web of Science e a Scopus. Observamos que essas bases de dados, apesar de amplamente usadas para avaliações bibliométricas e rankings universitários, não ofereciam uma cobertura representativa da produção acadêmica brasileira na área de toponímia, especialmente em Geografia. O Google Scholar mostrou-se mais adequado para identificar produções de geógrafos brasileiros devido à sua abrangência e acesso gratuito a artigos na íntegra, ainda que apresente limitações quanto à curadoria e à padronização de indexação, quando comparado a bases internacionais de maior rigor como Scopus ou Web of Science. Para o levantamento no Google Scholar, estabelecemos o recorte temporal de 2002 a 2023, baseado na criação da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em 2002, que ampliou o acesso a documentos acadêmicos. Seleccionamos trabalhos em que o autor principal fosse um geógrafo ou, quando em coautoria, verificamos a formação principal dos autores na plataforma Lattes. As palavras-chave utilizadas foram “Toponímia” e “Geografia”. Buscamos documentos que mencionassem explicitamente a toponímia em seus títulos para identificar estudos focados diretamente no tema e verificamos em cada resumo a ocorrência da palavra Geografia.

Aplicando as palavras-chave no Google Scholar, obtivemos 1.000 documentos distribuídos em 100 páginas de resultados. Cada documento foi analisado quanto à formação dos autores, sendo excluídos aqueles cuja especialização não estava relacionada à área de Geografia. Documentos duplicados também foram eliminados, resultando em 67 trabalhos produzidos por geógrafos brasileiros que abordam a toponímia diretamente no título, no período de 2002 a 2023. Para facilitar a compreensão do percurso metodológico, elaboramos um fluxograma (Figura 1) que sintetiza as principais etapas realizadas nesta pesquisa, desde a definição dos objetivos até a análise crítica dos resultados.

Apesar da abrangência dos levantamentos, reconhecemos algumas limitações, a disponibilidade digital da RBG pode não contemplar integralmente todos os textos publicados, e a seleção de trabalhos no Google Scholar está sujeita a vieses de indexação e de atualização curricular dos autores. Essas restrições não comprometem os resultados do artigo, mas indicam a necessidade de cautela na interpretação. Vejamos a análise dos dados que obtivemos nas seções seguintes.

Figura 1 – Fluxograma das etapas metodológicas da pesquisa.

Fonte: elaboração própria (2025).

A TOPONÍMIA NA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

A história da Revista Brasileira de Geografia (RBG) está profundamente conectada à trajetória do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), refletindo também a relação histórica entre a Geografia e o poder institucional no Brasil. Desde os seus primórdios, o país contava com duas associações importantes de origem imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838 com a participação ativa de Dom Pedro II, e a Sociedade Brasileira de Geografia, criada em 1883 (Redação do Noticiário, 1949).

Na década de 1930, essa conexão se intensificou com a participação do Brasil no Congresso Internacional de Geografia, realizado em Paris em 1931, sob a organização da União Geográfica Internacional. Segundo Virgílio Corrêa Filho, durante as comemorações do jubileu de prata do Conselho Nacional de Geografia, o evento reforçou a influência francesa nas esferas cultural e científica da América Latina e evidenciou a necessidade de criar um órgão específico de Geografia no Brasil (Redação do Noticiário, 1962). A atuação de professores franceses em universidades de São Paulo e do Distrito Federal foi determinante nesse processo, ao lado das iniciativas da comunidade geográfica organizada em associações e



departamentos, para que, durante o governo de Getúlio Vargas, o país aderisse à União Geográfica Internacional.

Em 1936, os geógrafos Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, que lecionavam no Brasil, solicitaram ao Ministério das Relações Exteriores a criação do Conselho Nacional de Geografia, vinculado à União Geográfica Internacional. A proposta foi concretizada em 1937, no início do Estado Novo, com a fundação do Conselho Brasileiro de Geografia, que mais tarde foi incorporado ao Instituto Nacional de Estatística. Em 1938, esse instituto foi renomeado como Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), e, em 1939, a Revista Brasileira de Geografia (RBG) foi lançada como seu veículo oficial de comunicação (Redação do Noticiário, 1949).

A fundação da Revista Brasileira de Geografia (RBG) representou a consolidação da Geografia no âmbito do IBGE. Sob influência da tradição acadêmica francesa e alinhada ao contexto internacional, a revista promoveu a divulgação de métodos modernos de pesquisa geográfica e incentivou a produção científica no Brasil. Em sua edição inaugural, a RBG publicou o artigo “Geografia Humana do Brasil”, de Pierre Deffontaines (1939), que fez a primeira referência ao termo “toponímia”. No texto, intitulado “Os elementos da natureza e a luta dos homens”, Deffontaines descreve como os nomes de lugares podem evocar sonoridades e imagens especiais, afirmando que certos nomes, como “Flórida, Califórnia, Índia, Alsácia... Ao pronunciá-los, nossa imaginação se expande. O Brasil é, sem dúvida, um desses nomes carregados de lendas e evocações” (Deffontaines, 1939, p. 19). Embora o texto de Deffontaines siga abordando os aspectos naturais do Brasil, a toponímia permanece como um tema central. Ele discute as montanhas, apontando a dificuldade em delimitá-las e individualizá-las. Essa complexidade, segundo o autor, contribui para a imprecisão na nomenclatura das cadeias montanhosas brasileiras, destacando que “a toponímia detalhada dos cumes individuais está muito mais avançada do que a toponímia geral dos grandes conjuntos” (Deffontaines 1939, p. 28).

Dessa forma, a questão da toponímia torna-se ainda mais relevante no contexto da Geografia brasileira, especialmente com o Censo Geral da República de 1940, o primeiro conduzido pelo IBGE, que desencadeou uma série de monografias sobre temas brasileiros. Na década de 1940, a Geografia institucional brasileira deu início ao ambicioso projeto do Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro, coordenado pelo Conselho Nacional de Geografia, com o objetivo de esclarecer a origem dos nomes das localidades e acidentes geográficos do Brasil. A Resolução 36, de 18 de abril de 1939, estabeleceu diretrizes para a organização desse dicionário, que alternava entre as denominações “Geográfico Brasileiro” e “Geográfico e Toponímico Brasileiro”, evidenciando o propósito de consolidar o controle e a padronização nacional, características do Estado Novo. As principais fontes incluíam mapas, fotografias e documentos municipais relacionados às nomenclaturas geográficas (Redação do Noticiário, 1939).

Essa abordagem sistemática reflete a influência do Estado Novo, que direcionou a Geografia institucionalizada a tratar a toponímia como um instrumento de padronização da nomenclatura geográfica das localidades brasileiras. A adoção de critérios nacionais para a



nomenclatura teve forma completa na Resolução 61, de 24 de julho de 1939, que estabeleceu diretrizes para a nomenclatura, incluindo:

- 1) a eliminação das duplicatas de nomes, em todo o país;
- 2) a redução dos nomes extensos;
- 3) a possível eliminação dos nomes estrangeiros ou de pessoas vivas, respeitados os imperativos da tradição e da vontade popular, bem como as legítimas homenagens;
- 4) a preferência da adoção de nomes da língua indígena regional ou relacionados a fatos históricos da região, em caso de substituição de topônimos;
- 5) a conservação dos nomes já consagrados pelas populações das localidades respectivas, que não contrariem às disposições anteriores (Resolução N ° 60 - de 22 de julho de 1939, 1940, p. 130-131).

Percebemos então que o projeto do Estado Novo visava a unificação e integração do território brasileiro, buscando eliminar irregularidades na divisão administrativa e judiciária do país, corrigindo limites imprecisos e toponímias confusas (Redação Comentários, 1940). Nesse contexto, o projeto do Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro representava um avanço importante para a padronização e o aprofundamento do conhecimento territorial, inserindo-o em um panorama de nacionalismo crescente.

No entanto, muitas questões toponímicas ainda não haviam sido totalmente resolvidas. Martins dos Santos, em 1939, na Revista Brasileira de Geografia (RBG), destacou em seu artigo “A Propósito dos Topônimos Indígenas” que “o problema toponímico do Brasil é parte integrante da sua questão geográfica e uma das questões nacionais menos resolvidas” (Santos, 1939, p. 113). Ele argumentava que a recuperação de topônimos originários permitiria um conhecimento geográfico mais preciso, algo que uma abordagem puramente lexicográfica não alcançaria. Além disso, Santos (1939) reforça a necessidade de uma pesquisa mais ampla e contextualizada, sublinhando que os topônimos devem ser compreendidos em suas complexas interações culturais e históricas, e não apenas como nomes.

O interesse pela toponímia de origem indígena, especialmente na Amazônia, ganhou destaque entre os estudiosos brasileiros da Revista Brasileira de Geografia (RBG) na primeira metade do século XX, particularmente durante a Era Vargas, que buscava integrar nacionalmente o país. Esse foco refletia iniciativas de setores das elites políticas e intelectuais que procuravam legitimar uma narrativa sobre as “raízes da brasilidade”, influenciando políticas de integração dos povos indígenas e a construção de uma identidade cultural brasileira (Garfield, 2000).

Diante esse cenário, os estudos toponímicos promovidos pela Geografia durante o Estado Novo buscavam aprofundar o conhecimento sobre as regiões, limites e fronteiras do Brasil. Muitas dessas pesquisas foram conduzidas por geógrafos militares, evidenciando a convergência da época entre os interesses governamentais e os da ciência geográfica. As publicações indicavam que os nomes geográficos poderiam fornecer informações importantes sobre as populações originárias e os habitantes das regiões estudadas naquele momento.



Nas edições subsequentes da RBG, a toponímia foi vinculada à Fitogeografia, com propostas de codificação toponímica associadas a classificações fitogeográficas, como parte de um esforço para mapear e categorizar a flora brasileira. Exemplos desse enfoque incluem obras como “A elaboração de um novo mapa de vegetação do Brasil” (1948) e “Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais” (1958), que contribuíram para uma visão integrada da geografia física e biológica do país (Sampaio, 1940). Além disso, estudos localizados, como “Toponímia Fluvial Tanabiense” (1940), de Sebastião Almeida Oliveira, que examinou a carta hidrográfica do município de Tanabi/SP. Após uma introdução breve, Oliveira classificou os topônimos em categorias como antroponímicos, flora, fauna, construções civis, configuração do terreno, natureza do solo, sentimentos humanos, mitologia, religião e cores (Oliveira, 1940). Esse esforço de categorização demonstra a busca por uma organização sistemática dos nomes geográficos, refletindo a diversidade local.

Outro tema de destaque nas discussões geográficas foi a grafia nacionalizada de nomes geográficos estrangeiros. Em um país com cultura originária, mas fortemente influenciado por processos coloniais, esse debate tornou-se central. O trabalho “Padronização de Nomes Geográficos no Brasil” (Barbosa, 1980) discute a diversidade linguística do país, destacando influências de línguas nativas, como o tupi-guarani, e africanas, como o kimbundo, além das contribuições de migrantes italianos, espanhóis e alemães ao vocabulário geográfico.

Nesse contexto, conferências e estudos começaram a propor a substituição de topônimos estrangeiros por suas versões vernáculas, valorizando a identidade cultural nacional. Essa reflexão foi intensificada no IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em setembro de 1940 em Florianópolis. Embora os trabalhos não tenham sido integralmente publicados na Revista Brasileira de Geografia (RBG), a lista da Seção G do congresso incluiu apresentações como “Toponímia Antiga da Costa do Brasil”, de Carlos da Costa Pereira, e “A toponímia e as comunicações”, de Félix Martins Pereira de Sampaio, além de outras contribuições como “A ocorrência da partícula ‘Tyb’ na toponímia paulista”, de Plínio Airoso, e “O nome das ruas”, de Afrânio Peixoto (Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia, 1941).

A prática de não publicar integralmente os trabalhos também se repetiu no X Congresso Brasileiro de Geografia, no qual foram apresentados estudos como “Toponímia cearense”, de Florival Seraine, e “Os Primeiros topônimos brasileiros de origem europeia: Santa Maria de la Consolación e Rastro Hermoso” (Ponta Grossa e Mucuripe), de Tomaz Pompeu Sobrinho (Redação do Noticiário, 1944). Esses eventos refletiram uma crescente conscientização sobre a importância da toponímia na construção da identidade nacional.

Na mesma linha, a II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada em 1944, no Rio de Janeiro, promovida pela Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e organizada pelo Conselho Nacional de Geografia do Brasil. Uma de suas comissões técnicas (quarta comissão) examinou o assunto considerado de vital significação para o desenvolvimento das atividades relativas aos levantamentos e preparo de mapas nas Américas: “Toponímia, Terminologia e Assuntos gerais” (Redação do Noticiário, 1944, p. 300). O tema persistiu na III Reunião



Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, que discutiu e aprovou recomendação “ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que considere a forma de intensificar e sistematizar os estudos sobre toponímia, que organize intercâmbio de informações e adote normas relativas ao problema toponímico na América” (Redação do Noticiário, 1946, p. 592). Posteriormente, em 1949, no Comitê 5 (didática e divulgação geográfica), os trabalhos Aplicação da toponímia à Geografia, de Orlando Valverde e Notas sobre toponímia, de Virgílio Correia Filho (Redação do Noticiário, 1949). Esse período foi caracterizado por uma intensa atividade acadêmica, que consolidou a toponímia como um campo essencial da geografia brasileira.

Nesse contexto de valorização da toponímia, durante a V Assembléia Geral Ordinária da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizada em Belo Horizonte em 1950, foi anunciado o estudo “Toponímia: suas regras e evolução”, de Everardo Backheuser. Embora o texto completo não tenha sido apresentado, este foi um dos últimos trabalhos de Backheuser, que faleceu em 1951 (Redação do Noticiário, 1950). Sua pesquisa destacou a importância de um entendimento sistemático das regras toponímicas, alinhando-se ao esforço coletivo de valorização das raízes culturais do Brasil.

A continuidade desse interesse é evidente em “Toponímia Brasília”, de José de Sá Nunes (1951), que menciona logo no início que “grande é o número de doutos e diligentes escritores que se têm ocupado com a língua dos aborígenes do Brasil e do Paraguai, publicando trabalhos valiosos e livros didáticos para ser conhecida e ensinada nos dois países” (Nunes, 1951, p. 102). Sá Nunes investigou a grafia de palavras indígenas, baseando-se em estudos anteriores de autores como Gonçalves Dias, com seu “Dicionário da Língua Tupi” (1858); Teodoro Sampaio, com “Vocabulário Geográfico Brasileiro” e “O Tupi na Geografia Nacional” (1928); e Plínio Airoso, com “Primeiras Noções de Tupi e Vocabulário na Língua Brasileira” (1938). Além disso, Sá Nunes considerou contribuições de Baptista Caetano, Antônio Joaquim de Macedo Soares e Telêmaco Borba, especialmente em “Actualidade Indígena” (1908), que enriqueceram o debate sobre a língua dos Caiguás (Nunes, 1951). O autor também abordou a inclusão de topônimos de origem tupi-guarani nas cartas geográficas do Brasil, conforme as normas ortográficas estabelecidas pelo decreto-lei nº 8.286 de 1945, observando que, desde 1943, já existiam diretrizes para eliminar repetições de nomes de cidades e adaptar nomes indígenas, priorizando o uso do tupi-guarani.

Em 1954, o Projeto do Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro, iniciado em 1939, ainda não havia sido concluído conforme planejado. Antônio Teixeira Guerra (1954) destacou que, apesar da ausência de um grande dicionário geográfico de termos técnicos no Brasil, existiam trabalhos individuais significativos alinhados a diferentes especialidades (Guerra, 1954). Guerra diferenciou o “dicionário geográfico de termos técnicos” de dicionários corográficos e listas de topônimos regionais, como o “Dicionário Toponímico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Estado de Minas Gerais”, publicado em 1945.

A relevância dos nomes geográficos foi reafirmada na publicação de “Os Nomes Geográficos e a Cartografia”, de Sebastião da Silva Furtado, apresentada na I Reunião



Brasileira de Consulta sobre Cartografia em 1958. Furtado argumentou que esses nomes são fundamentais para delimitar áreas culturais, refletindo a evolução linguística e as características geográficas de uma região (Furtado, 1959). Citando o filólogo português Leite de Vasconcelos, ele destacou que os marcos toponímicos preservam a história da formação de um povo, mesmo diante de mudanças temporais: “as invasões passam, os costumes modificam-se, mas os nomes permanecem como sentinelas do passado” (Leite de Vasconcelos apud Furtado, 1959, p. 103). Para Furtado, os nomes geográficos são testemunhos históricos que revelam a riqueza cultural do processo de povoamento, e os mapas devem registrá-los com precisão, pois “a carta deve representar fielmente tanto o aspecto físico quanto as obras humanas” (Furtado, 1959, p. 103). Assim, topônimos e antropônimos são fundamentais para dar vida e identidade às cartas geográficas; sem eles, uma área cartografada se tornaria “morta e anônima” (Furtado, 1959, p. 103). Furtado reconheceu os avanços nos estudos de toponímia no Brasil, tanto em projetos oficiais quanto individuais, mas argumentou que ainda havia muito a ser feito. Ele propôs a criação de um Conselho permanente sobre nomes geográficos, envolvendo entidades públicas e privadas, embora não haja registro dessa criação.

Estudos individuais que também contribuíram para o desenvolvimento da toponímia no Brasil incluem o trabalho “Topônimos do município de Olinda” de autoria do Coronel João de Melo Moraes, publicado na RBG em 1962. Descrito como um “despretensioso ensaio”, o estudo apresentou uma lista de nomes de lugares de Olinda, acompanhada de explicações descritivas. Esses nomes foram classificados em categorias como antropônimos e hidrônimos, sem seguir uma rigidez classificatória. Outro exemplo significativo é o estudo “Toponímia de Rondônia” de Gerino Alves da Silva Filho, que listou, em ordem alfabética, os topônimos dos cinquenta e dois municípios e sessenta e um distritos oficiais do Estado de Rondônia, acompanhados de breves descrições sobre a origem do povoamento e da designação dos seus nomes (Filho, 1995).

Após um longo intervalo, os tópicos cartográficos relacionados à toponímia voltaram a ser discutidos diretamente no V Congresso Brasileiro de Cartografia, realizado em Brasília, em 1971. Nesse evento, José de Mattos apresentou a comunicação “A Importância da Toponímia nos Mapeamentos”. Apesar da relevância da apresentação, o texto completo não foi disponibilizado na RBG (Redação do Noticiário, 1971, p. 171).

Na década de 1970, o IBGE editou o Índice de Topônimos da Carta do Brasil ao Milionésimo, um trabalho significativo por listar milhares de topônimos presentes nas folhas da Carta do Brasil na escala 1:1.000.000. Esse índice fornecia abreviaturas, categoria geográfica, posição no diagrama geral, data de lançamento e referências para a localização na carta (Redação do Noticiário, 1971). No entanto, é importante destacar que se tratava de uma lista voltada para o uso cartográfico, e não de um estudo aprofundado sobre toponímia.

Foi nesse contexto de busca pela padronização de nomes geográficos que Rodolfo Barbosa (1980), em seu texto “Padronização de Nomes Geográficos no Brasil”, abordou a trajetória dos esforços nesse sentido. Ele destacou que, após a fundação do IBGE, diversas iniciativas foram implementadas para unificar a coleta de dados sobre a denominação de lugares. Entre essas, a criação da Seção de Geografia Linguística, em 1938, transformada em



Seção de Nomenclatura Geográfica dez anos depois, com foco na organização do Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro. Ainda assim, Barbosa observou que, em 1980, “nem mesmo no âmbito interno da entidade existe uniformidade no tratamento dos nomes geográficos (...) apesar de todo esse passado de esforço institucional visando à padronização nacional” (Barbosa, 1980, p. 148).

Embora o Brasil tenha patrocinado e sediado a I Conferência Regional Sul-Americana sobre Padronização de Nomes Geográficos, realizada em Brasília em 1973, ainda não havia, na época, uma autoridade nacional dedicada à padronização desses nomes, conforme recomendado pelas conferências da ONU. Diversas entidades, tanto governamentais quanto privadas, seguiam conduzindo estudos individuais sobre nomes geográficos. Para Barbosa, essa questão “se relaciona com a cultura brasileira, a língua portuguesa e a própria unidade nacional, já que os nomes geográficos são partes integrantes da formação de nossa nacionalidade” (Barbosa, 1980, p. 151). Apesar de especialistas, geógrafos, cartógrafos e gramáticos terem estudado e oferecido solução para o assunto, a padronização de nomes geográficos dependeria, conforme os anseios representados por Barbosa, essencialmente de normas a serem estabelecidas por uma autoridade nacional para oficializar os nomes geográficos.

Por fim, no ano de 2023, o IBGE publicou o número 15 dos Manuais Técnicos em Geociências, com o título “Manual de Coleta de Nomes Geográficos”, no qual são apresentados os fundamentos e procedimentos básicos para a coleta de nomes geográficos em campo, consolidando as bases para uma padronização mais robusta e eficiente.

Como que revisitando o espírito dos trabalhos pretéritos realizados ao longo da história do IBGE, o “Manual de Coleta de Nomes Geográficos” relembra que os nomes geográficos estão presentes no cotidiano e, ao identificar as feições que compõem o território, revelam diferentes informações passíveis de pesquisas geográficas. Esses dados podem abranger padrões de ocupação, povos, línguas, tipos de culturas, recursos disponíveis e até o tipo de vegetação (fitogeografia). Preocupações já abordadas por diversos autores que publicaram na RBG são retomadas no manual, que busca minimizar erros na identificação e recuperação dessas informações. Segundo o Manual, é necessário padronizar a coleta dos nomes, inclusive, sobre o aspecto das suas grafias. Um conjunto padronizado de nomes geográficos traz inúmeras vantagens, como evitar ambiguidades e garantir consistência em censos demográficos, serviços postais, transporte, turismo e até no atendimento de emergências. Nesse contexto, são apresentados um conjunto mínimo de procedimentos metodológicos para a coleta de topônimos, que é descrita em três fases: a preparação em gabinete, a atividade de campo e a consolidação das informações coletadas no campo.

No âmbito deste Manual, define-se nome geográfico como o topônimo georreferenciado a partir do qual se pode resgatar aspectos das origens culturais e/ou históricas da feição que ele nomeia e/ou da comunidade que o instituiu, concluindo-se que a valorização, a preservação e a divulgação do conhecimento sobre o conjunto de nomes geográficos de um país é uma significativa contribuição para a sua soberania e para a autoestima de seus cidadãos (IBGE, 2023, p. 10).



Essas considerações nos levam a um panorama mais amplo, onde a relação entre toponímia, poder e identidade se desdobra nas pesquisas mais recentes na área da Geografia. Ao longo do século XX e até o presente momento, tanto a Geografia quanto o Estado reconhecem a toponímia como um elemento essencial para o entendimento do território. O controle dos nomes, como forma simbólica de poder do Estado, reflete as noções de povo e identidade nacional. Essa conexão confirma que a atribuição de nomes geográficos está diretamente relacionada às questões de identidade e inscrita no campo do poder.

Na seção seguinte, observaremos o percurso dos estudos geográficos toponímicos, examinando as diversas abordagens e contribuições que têm enriquecido a compreensão dos topônimos no Brasil.

EXPLORANDO PESQUISAS RECENTES: UM PANORAMA DA TOPONÍMIA NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Iniciamos nossa análise na plataforma Google Scholar, examinando as 100 páginas iniciais, o que nos levou a avaliar um total de 1.000 documentos. Durante esse processo, alguns documentos se repetiram em diferentes páginas e foram excluídos. Além disso, muitas pesquisas, embora apresentassem correspondência com as palavras-chave, não eram produzidos por geógrafos e, portanto, também foram descartados. Com essa seleção, identificamos 67 pesquisas realizadas por geógrafos que continham os termos “toponímia” no título e “geografia” no resumo. É importante ressaltar que não buscamos afirmar que esses são os únicos pesquisadores que atuam na temática. Nosso intuito é apresentar um recorte que evidencie as direções e os caminhos que a pesquisa toponímica geográfica tem seguido no Brasil, quase como um estado da arte. Com isso, damos início às nossas análises:

Quadro 1 – Distribuição dos tipos de documentos na pesquisa sobre Geografia e Toponímia.

Tipo de documento	Quantidade
Artigo	40
Anais	13
Tese de Doutorado	2
Dissertação de Mestrado	8
Capítulo de livro	2
Mostra de iniciação científica	1
Resumo expandido	1
Total:	67

Fonte: elaborado do banco de dados da autora.

Ao realizar este estudo, constatamos um crescente interesse dos geógrafos no Brasil em relação ao tema da toponímia. Observa-se, inclusive, o estabelecimento de parcerias entre geógrafos e linguistas para discutir o assunto, o que se reflete em publicações conjuntas e envolvimento em pesquisas colaborativas. Esse cenário corrobora as previsões de Brunhes



(1962), que já havia identificado a toponímia como um campo de caráter multidisciplinar, despertando interesse no âmbito geográfico.

Analisando o volume de publicações, o estado do Rio de Janeiro se apresenta como o principal centro de produção sobre a interseção entre toponímia e Geografia. Foram identificados 30 documentos que abordam essa temática, dentre o total de 67. Entre esses, incluem-se artigos científicos, dissertações e duas teses de doutorado, ambas orientadas pelo professor Paulo Márcio Leal de Menezes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Uma das teses foi escrita por Cláudio João Barreto dos Santos, que contou com a presença da professora linguista Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick na banca examinadora. A tese, intitulada “Geonímia do Brasil: a padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses”, foi defendida em 2008 e oferece uma contribuição significativa ao campo da toponímia e sua aplicação nos estudos geográficos. O foco espacial da pesquisa é nos municípios fluminenses, onde Santos investigou a evolução dos nomes geográficos e o papel que desempenham como ferramentas de legitimação do poder territorial. Além disso, o autor procurou identificar as motivações toponímicas por trás dos nomes dos municípios, relacionando-os com o sentimento de pertencimento dos habitantes em relação ao local. Um dos principais objetivos da pesquisa foi sugerir uma padronização dos nomes geográficos no Brasil, propondo a criação de uma Comissão de Nomes Geográficos, visando fortalecer o desenvolvimento dessa área do conhecimento. A partir de uma análise criteriosa dessa tese, podemos perceber que o autor não adota uma categoria geográfica única em sua investigação. Enquanto examina as relações de poder no território sob a ótica de Claude Raffestin, Santos também explora o aspecto sentimental da relação das pessoas com o lugar, aproximando sua análise das ideias de Yi-Fu Tuan sobre topofilia.

Também cabe aqui ressaltar a utilização do termo “geonímia”, que parece significativo e de reflexão necessária, uma vez que encontramos 8 trabalhos adotando essa terminologia, ao fazer esse levantamento. Percebemos que, tendo matriz intimamente ligada ao termo toponímia, ele é frequentemente preferido por geógrafos, principalmente devido à relação que guarda com a terra. Conforme o dicionário Houaiss online, “geonímia” refere-se à “parte da onomástica dedicada ao estudo e à etimologia dos nomes geográficos do planeta Terra; relação, lista de geônimos, estudo ou teoria sobre os “geônimos”. Sua etimologia deriva de “geo + onímia ou onimia”. No mesmo dicionário, “geônimo” é definido como a “designação genérica de nomes geográficos, seja de cidades ou formas de relevo, sempre relacionados ao nosso planeta” (Houaiss, 2023, s. p).

Observamos que essa definição é muito próxima do conceito de toponímia, uma vez que os topônimos também representam nomes de lugares. Na tese de Cláudio João Barreto dos Santos (2008), “geônimos” são descritos como “nomes geográficos, sob uma perspectiva histórica, etimológica e etnográfica, identificadores de quaisquer feições geográficas, sejam naturais ou antropizadas, que se repetem na superfície terrestre e que podem ser georreferenciadas” (Santos, 2008, p. 35). Com base nessas definições, consideramos que “geônimo” é utilizado como sinônimo de “topônimo”, pois ambos se referem a nomes geográficos que podem ser aplicados tanto a elementos naturais, como rios e montanhas, quanto a feições resultantes da intervenção humana, como cidades, pontes e estradas.



Acreditamos que a escolha pelo termo “geônimo” em alguns estudos geográficos esteja relacionada à raiz cartográfica dessas pesquisas, nos quais o georreferenciamento está implicado, necessariamente, na possibilidade de representação.

A segunda tese, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação de Paulo Márcio Leal de Menezes, foi realizada por Kairo da Silva Santos (2023) e intitulada “Toponímia e Geografia: novos caminhos para o estudo crítico da nomeação dos lugares”. Quinze anos após a defesa de Cláudio João Barreto dos Santos, Menezes orientou novamente um trabalho que relaciona toponímia com cartografia.

Embora o título da tese sugira um enfoque abrangente, o estudo de Santos se concentra nas cidades de Petrópolis e Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, abrangendo os séculos XIX e XX. Conforme Kairo da Silva Santos (2023), a metodologia empregada incluiu uma abordagem diacrônica, ao analisar momentos específicos, e sincrônica, utilizando uma metodologia que foi proposta nos estudos de Milton Santos. O debate teórico proposto versa sobre topônimos e escalaridade em Geografia. Ao examinar a toponímia nas duas cidades, foram conduzidas análises considerando diferentes escalas temporais e espaciais.

Embora a tese de Santos (2023) tenha uma forte base em estudos cartográficos, o autor insere seu trabalho no campo da Geografia Cultural, utilizando como referencial teórico autores amplamente reconhecidos, como Denis Cosgrove, Roberto Lobato Corrêa e Yi-Fu Tuan. Através dessa abordagem, Santos (2023) propõe uma metodologia inovadora para a construção de quadros toponímicos, aplicados nas cidades de estudo, com o objetivo de mapear as mudanças nos nomes dos lugares a partir de uma perspectiva tanto diacrônica quanto sincrônica. O autor explica que essa metodologia integra “tempo, espaço e processos para auxiliar na interpretação da nomeação dos espaços em determinado contexto” (Santos, 2023, p. 163). Esses quadros toponímicos utilizam símbolos para representar as transformações ocorridas ao longo do tempo, como nomeações de ruas, renomeações, extinções ou a preservação dos topônimos. Santos (2023) também identifica períodos históricos relevantes em cada cidade, correlacionando essas mudanças com “políticas escalares toponímicas”.

Um aspecto distintivo nas teses orientadas por Menezes é a robustez das análises cartográficas, que adicionam uma dimensão espacial significativa ao estudo. Menezes é reconhecido como um dos principais representantes geógrafos no campo da toponímia e da cartografia histórica no Brasil. Atualmente, ele coordena o laboratório de Cartografia do Departamento de Geografia da UFRJ, conhecido como GeoCart. Desde 2012, o projeto “Geonímia do Brasil” tem sido uma das principais pesquisas do laboratório, sendo responsável por grande parte do material identificado neste levantamento. No site do GeoCart, há informações importantes sobre o projeto, que conta com a colaboração da Universidade de São Paulo, cujo departamento de letras é um dos principais focos de pesquisa em toponímia do Brasil, voltada para a área da Linguística.

Na região Norte/Nordeste, foram encontrados 19 trabalhos produzidos por geógrafos que trabalharam diretamente com a toponímia (entre os 67 do total). Chama a atenção a trajetória do acadêmico Gleilson Ângelo da Silva, que defendeu sua dissertação de mestrado



em 2019, na Universidade Federal do Ceará, intitulada “Vou à rua: estudos sobre os logradouros do centro de Fortaleza através da Geografia e da toponímia”. A dissertação fez parte da linha de pesquisa socioterritorial e apresentou uma discussão importante sobre a relação entre lugar e memória, tratando da cidade de Fortaleza, desde o seu início como uma vila, até se tornar a maior cidade do Nordeste, tendo ultrapassado Salvador, em população. Silva aponta reflexões sobre o processo de nomeação e renomeação das ruas de Fortaleza e a representatividade desses nomes para a população da cidade. Observamos que a opção de Silva em sua dissertação foi analisar a evolução da cidade de Fortaleza pela ótica das mudanças dos nomes das ruas. Como categoria geográfica, adota, principalmente, o conceito de “espaço” e relaciona os logradouros com a morfologia urbana.

Outra perspectiva é a dissertação de Erielson Miranda Pereira, intitulada “A toponímia urbana: uma proposta de sequência didática para o estudo do lugar no ensino de Geografia”, defendida no ano de 2021, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pereira propõe o ensino da categoria geográfica “lugar”, por meio dos topônimos, no ensino médio. A proposta de Pereira é potencializar uma reflexão crítica sobre a toponímia nas aulas de Geografia do Ensino Médio. Para isso, ele adota a categoria geográfica do “lugar” e se aprofunda no debate das potencialidades de adotar o conceito de toponímia no ensino da Geografia. Para ele, quanto antes os adolescentes tomarem conhecimento do “lugar” e fizerem referências aos topônimos, isso promoveria um resgate da memória coletiva, dos valores culturais e do fortalecimento da identidade local.

Na região Sul, foram encontradas 8 pesquisas de geógrafos dedicados à toponímia e à Geografia (entre os 67 do total). Destaca-se a dissertação de Lígia Manara Miletto Marcuz, defendida na Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 2016, intitulada “Topônimos do noroeste do Rio Grande do Sul: uma relação simbólica entre homem e lugar”. Nessa pesquisa, a autora parte do pressuposto de que os nomes dos lugares têm uma associação íntima com os valores culturais da população, revelando diversos aspectos do espaço geográfico. Ela classifica os nomes de acordo com o modelo taxionômico de Dick (1990) e realiza uma retrospectiva histórica buscando a motivação toponímica dos nomes estudados.

Os trabalhos dos pesquisadores Dirce Maria Antunes Suertegaray, professora de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Inocêncio de Oliveira Borges Neto, doutorando da Universidade do Paraná, também chamam a atenção, visto que algumas publicações de ambos ocorreram em conjunto com o professor Rui Missa Jacinto, geógrafo e professor da Universidade de Coimbra. Percebemos que essa parceria rendeu à professora Suertegaray um projeto de pesquisa ativo desde o ano 2020, no qual tanto Neto quanto Jacinto estão envolvidos. O projeto, intitulado “A toponímia como registro histórico da apropriação da natureza e a constituição do território”, tem como objetivo a análise toponímica sob o viés da Geografia, observando o processo histórico da constituição dos territórios. Na descrição do projeto, verificamos que ele está inserido em diversas divisões da Geografia, como a Geografia física, a Geografia cultural e a Geografia histórica. Cabe ressaltar que dois dos envolvidos no projeto, Suertegaray e Neto, são pesquisadores que preferem se situar na Geografia física. O projeto visa especificamente o estudo dos topônimos do Rio Grande do Sul, Paraíba e da região do Centro, em Portugal. Sendo cada envolvido de uma das regiões do



projeto: a professora Suertegaray, com a região do Rio Grande do Sul, o pesquisador Inocêncio de Oliveira Borges Neto, que mesmo vinculado à Universidade Federal do Paraná, se dedica especificamente à região da Paraíba, visto que é natural da Paraíba e realizou seu mestrado na Universidade Federal da Paraíba, e o professor Rui Jacinto, que contribui especificamente com a Região do Centro de Portugal.

O professor Rui Jacinto é membro da Comissão Executiva do Centro de Estudos Ibéricos. Seus trabalhos envolvem questões sociais e econômicas, adotando sempre a categoria de território. Rui Jacinto se interessa também por temas como desenvolvimento territorial e estudos de fronteiras, e por isso tem participado de diversos projetos e cooperações internacionais com países de língua portuguesa, incluindo o Brasil. Alguns dos trabalhos publicados no projeto da professora Suertegaray são: “Toponímia, identidade e processo de colonização do Rio Grande do Sul” (2021), “Toponímia, povoamento e organização do território: estudo comparativo, a partir dos nomes dos municípios da Paraíba e do Rio Grande do Sul” (2021) e “Toponímia, identidade e processo de colonização da Paraíba” (2022). Todos esses trabalhos refletem diretamente sobre a origem dos nomes, para além da Linguística, buscando a motivação toponímica dos acidentes geográficos presentes nas regiões estudadas. Essas investigações buscam uma aproximação com o sentimento de pertencimento do “lugar”. Segundo os autores, a “toponímia começa por olhar para os nomes dos lugares de raiz indígena, onde está mais presente uma dimensão telúrica representativa de uma cosmovisão mais próxima da toponímia” (Neto; Suertegaray; Jacinto, 2022, p. 140).

Em análise crítica, observamos que a categoria geográfica estudada por esses investigadores é a do “lugar”. Mas, muitas vezes, a categoria território é abordada fortemente quando se trata da colonização portuguesa no Brasil, demonstrando as relações de poder atuando sobre os nomes. Uma importante contribuição para o campo da Geografia é que, embora a classificação dos topônimos realizada por esses investigadores, tenha como base a classificação toponímica de Dick (1990), eles propõem uma sistematização aplicada ao local de estudo, seja nos topônimos da Paraíba ou do Rio Grande do Sul.

No estado de Minas Gerais, encontramos 8 artigos (entre os 67 no total), alguns deles produzidos pela geógrafa Márcia Maria Duarte dos Santos, professora aposentada do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. É interessante ressaltar que os artigos da professora Santos foram realizados em conjunto com a professora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, linguista do Departamento de Letras da mesma universidade. A parceria entre a geógrafa física e a linguista resultou em conhecimentos nas áreas de Geografia histórica e cartografia toponímica. As autoras uniram seus conhecimentos para investigar mapas antigos da cidade de Belo Horizonte, combinando o grupo de estudos de Cartografia Histórica com o grupo Mineiro de Estudos Linguísticos, ambos associados à Universidade Federal de Minas Gerais. As pesquisadoras entendem que o topônimo, associado ao seu papel sócio e à memória do lugar, é primordial para o resgate das memórias de um povo e evidencia a cultura como elemento formador de identidade. Essa parceria resulta em trabalhos complexos em que as informações cartográficas se complementam com o léxico linguístico.



A professora Seabra tem orientado diversas pesquisas de Linguística no campo toponímico, especialmente voltadas para os topônimos de Belo Horizonte. Ela é reconhecida como uma importante toponimista e atualmente coordena o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG). Essa interseção entre toponímia e Geografia e a colaboração entre os pesquisadores da UFMG tiveram repercussão no Estado do Rio de Janeiro. Em 2020, as professoras Seabra e Santos também estiveram ligadas ao GeoCart (UFRJ), na produção de um estudo sobre “Memória toponímica dos vales dos rios Paraopeba e São Francisco, Província de Minas Gerais, no croqui topográfico de James Wells, de 1874”, realizado com o professor Paulo Menezes.

No debate proposto, os autores uniram os interesses entre toponímia e cartografia, tendo como objetivo o patenteamento dos aspectos do patrimônio toponímico (relativo aos nomes geográficos, como nomes de lugares) dos vales dos rios Paraopeba e São Francisco, localizados no estado de Minas Gerais, Brasil. Ao analisarmos o estudo, compreendemos que essa iniciativa visa preservar e proteger essa informação histórica e geográfica contida na planta de 1874, fornecendo aos pesquisadores e estudiosos uma base sólida para entender a toponímia e a história dessas regiões ao longo do tempo.

Com a apresentação dessas pesquisas, buscamos demonstrar o crescente interesse pela toponímia dentro da Geografia, que tem permitido a realização de diversas análises nesse campo. No Brasil, os estudos toponímicos em Geografia seguem diferentes direções, seja no campo educacional, na cartografia histórica ou nas dimensões cultural e política, sempre promovendo a valorização dos topônimos, como evidenciado nas pesquisas mencionadas.

Entendemos que há ainda uma agenda de pesquisa a ser explorada na interface entre Geografia e Toponímia. Esse campo não se limita à valorização dos topônimos, nem à cartografia pura. Oportunidades surgem na articulação entre ferramentas geográficas e linguísticas, onde a confluência entre o território cartografável e a toponímia pode ser investigada.

Dessa forma, encaminhamos à próxima seção, onde propomos uma agenda para o futuro da toponímia geográfica brasileira, destacando as principais direções e desafios que esse campo de estudo pode enfrentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA AGENDA PARA A TOPONÍMIA CRÍTICA NO BRASIL

A partir do levantamento realizado na Revista Brasileira de Geografia, observamos que, historicamente, os estudos toponímicos no Brasil estiveram fortemente vinculados aos interesses do Estado, com o foco predominante na delimitação de fronteiras e no reconhecimento do território. Esses trabalhos, muitos dos quais realizados por militares, tinham como objetivo consolidar uma identidade territorial nacional, enfatizando a origem etimológica dos nomes de lugares como uma forma de reforçar o controle estatal sobre o território. No entanto, essas pesquisas não se preocupavam em explorar as dimensões de memória ou identidade cultural do povo, concentrando-se mais na construção de uma



identidade geopolítica do país do que nas complexas relações entre os topônimos e o poder social e político.

Já a análise dos 67 estudos encontrados no Google Scholar demonstra uma expansão no escopo das investigações contemporâneas sobre toponímia, abrangendo diversas áreas. No entanto, mesmo entre os estudos geográficos mais recentes, que poderiam privilegiar o entendimento dos processos territoriais e espaciais, a maioria das pesquisas ainda mantém referência nas questões onomásticas, sem aprofundar as dinâmicas de contestação ou as políticas que influenciam a nomeação/renomeação de lugares.

Diante desse cenário, é possível afirmar que, no Brasil, os estudos críticos sobre toponímia ainda são limitados. A perspectiva defendida por autores como Rose-Redwood, Alderman e Azaryahu (2018), que propõem deslocar o foco da análise linguística para as implicações sociais e políticas das nomeações, ainda não encontrou ampla recepção na geografia brasileira.

Um exemplo de iniciativa nacional relevante, porém orientada pela Linguística (e não pela Geografia), é o trabalho de Patrícia de Jesus Carvalhinhos, professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Desde 2022, ela coordena o projeto “A cidade neoliberal e os nomes de suas estações férreas sob a perspectiva da Toponímia Crítica”, que, embora se aproxime de uma abordagem crítica, utiliza ferramentas da linguística e das ciências sociais para analisar as dinâmicas de poder nas denominações espaciais, mantendo-se, no entanto, atenta às questões onomásticas e taxonômicas.

Portanto, existe uma demanda urgente por uma agenda de estudos da toponímia crítica na Geografia brasileira. Essa abordagem permite investigar como os nomes de lugares são moldados por forças sociais, políticas e culturais, expondo as desigualdades e as relações de poder que subjazem aos processos de nomeação e renomeação. Essa agenda pode se concretizar em diferentes frentes, como a análise das disputas políticas em torno de processos de renomeação urbana, a investigação do silenciamento de matrizes culturais e religiosas no território por meio dos topônimos dos logradouros, e os estudos que relacionem nomes de lugares a políticas de memória e de reparação em contextos de desigualdade social. Um exemplo desse movimento é o trabalho do coletivo Cartografia Negra (2016), em São Paulo, que revisita territórios marcados pela presença e resistência da população negra, questionando topônimos que celebram personagens vinculados à escravidão e propondo novas leituras desses territórios. Experiências como essa indicam caminhos possíveis para ampliar o escopo da toponímia crítica no Brasil e fortalecem seu potencial como ferramenta de análise geográfica.

Não pretendemos, com este artigo, esgotar as discussões sobre a geografia toponímica, tampouco sugerir que os trabalhos citados sejam os únicos existentes no campo. Nosso objetivo foi apresentar um panorama geral e uma amostra representativa do que tem sido produzido e debatido ao longo dos anos. Nessa análise, verificamos que a origem dos nomes, por meio de aspectos linguísticos e morfológicos, ainda domina as investigações toponímicas. A reflexão que propomos é: Como podemos avançar na análise crítica dos nomes de lugares



por meio de uma abordagem que articule a dimensão linguística com as análises sociais, a produção do espaço, a cultura e a linguagem?

Ao adotar uma perspectiva crítica, conforme defendida por Berg e Vuolteenaho (2009), a geografia toponímica tem o potencial de expandir seu foco para além do campo restrito da etimologia e também da cartografia, afirmando-se como uma ferramenta de análise política e social. Investigar quem tem o poder de nomear, quem é silenciado ou representado e como essas escolhas reforçam narrativas de pertencimento ou exclusão nos permite compreender melhor as dinâmicas de poder territorializadas.

Nesse sentido, a Geografia, tendo a toponímia crítica como instrumento, é capaz de revelar as hierarquias sociais e as relações de poder inscritas nos nomes dos lugares. Este campo, ainda em desenvolvimento no Brasil, tem grande potencial, especialmente em um país de vasta dimensão territorial e rica diversidade cultural, cujos regionalismos e também as desigualdades sociais se expressam nos topônimos que podem ser observados por olhares atentos.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido através da bolsa de demanda social – Processo nº 88887.840216/2023-00, que tornou possível o desenvolvimento desta pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Rodolpho. Padronização de Nomes Geográficos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 147-155, janeiro-março, 1980. Disponível em: <https://www.rbge.gov.br/index.php/rbg/article/view/39/21>. Acessado em: 16 de dezembro de 2023.
- BERG, Lawrence D; VUOLTEENAHU, Jani. **Critical Toponymies**. Londres: Routledge, 2009. 306 p.
- BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962. 507 p.
- CARVALHINHOS, Patricia. Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil): combatendo o apagamento toponímico. **Apropos**, n. 08, p. 14-30, 2022.
- CARVALHO, Francisco de Assis. **Entre a palavra e o chão: memória toponímica da Estrada Real**. 2012. p. 535. Tese (Doutorado em Semiótica e linguística Geral) – Departamento de linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CARTOGRAFIA NEGRA. **Coletivo de pesquisa, criação e curadoria, de pessoas negras em busca de memórias negras apagadas**, 2016. Disponível em: <https://cartografianegra.com.br/>. Acessado em: 08 de outubro de 2025.
- CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia**. 1º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. 144 p.
- DAUZAT, Albert. **Les noms de Lieux**. Paris: Librairie Delagrave, 1963. 264 p.



DEFFONTAINES, Pierre. Geografia humana do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 19-67, junho, 1939. Disponível em: <https://www.rbge.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/69>. Acessado em: 25 de dezembro de 2025.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Motivação toponímica e a realidade Brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. 366 p.

FILHO, Gerino Alves da Silva. Toponímia de Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 03, p. 96-61, julho-setembro, 1995.

FURTADO, Sebastião da Silva. Os Nomes Geográficos e a Cartografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 01, p. 103-110, janeiro-março, 1959.

GALLOIS, Lucien. **Régions naturelles et noms de pays. Étude sur la région parisienne**. Paris: Librairie Armand Colin, 1908. 356 p.

GARAU, Antoni Ordinas; SEBASTIÁN, Jaume Binimelis. Los nombres de lugar: un recurso didáctico en la enseñanza geográfica del paisaje natural. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, Madrid, p. 385-408, junho, 2017.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/263/26303902.pdf>. Acessado em: 05 de dezembro de 2023.

GEONÍMIA. In: **Dicionário Houaiss Corporativo**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.houaiss.net/corporativo/apps/www2/v6-5/html/index.php>. Acesso em: 18/07/2023.

GEÔNIMO. In: **Dicionário Houaiss Corporativo**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.houaiss.net/corporativo/apps/www2/v6-5/html/index.php>. Acesso em: 18/07/2023.

GUERRA, Antônio Teixeira. Elaboração de um Dicionário Geográfico. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 03, p. 384-389, julho-setembro, 1954. Disponível em: <https://www.rbge.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1875>. Acessado em: 07 de dezembro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice dos topônimos da carta do Brasil ao milionésimo, Rio de Janeiro, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual de coleta de nomes geográficos**, Rio de Janeiro, n. 15, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/s/informacoes-ambientais/cobertura-e-uso-da-terra/15826-manual-tecnico-emgeociencias.html>. Acessado em: 5 de dezembro de 2023.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Régions naturelles et noms de pays. (premier article) L. Gallois. Régions naturelles et noms de pays. Étude sur la région parisienne. **Journal des savants**, n. 07, p. 389-401, 1909. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/jds_0021-8103_1909_num_7_9_3439. Acessado em: 07 de dezembro.

LABORATÓRIO DE CARTOGRAFIA GEOCART. **Universidade Federal do Rio de Janeiro - Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.geocart.igeo.ufrj.br/>. Acessado em: 15/07/2023.

MARCUZ, Ligia Manara Miletto. **Topônimos do Noroeste do Rio Grande do Sul: Uma Relação simbólica entre o homem e o lugar**. 2016. P. 95. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Naturais e exatas – Universidade Federal de Santa Maria.

MARICHAL, Paul; MIROT, Léon. Auguste Longnon. Les noms de lieu de la France, leur origine, leur signification, leurs transformations. Paul Marichal et Léon Mirot. In: **Journal des savants**. 19^e année, Mai-juin 1921. p. 131-133. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/jds_0021-8103_1921_num19_3_5188_t1_0131_0000_1. Acessado em: 15 de março de 2023.

MORAES, João de Melo. Topônimos do Município de Olinda. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 03, p. 441-473, julho-setembro, 1962.



NETO, Inocêncio de Oliveira Borges; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; JACINTO, Rui. Toponímia, identidade e processo de colonização do estado da Paraíba-Brasil. In: Jacinto, Rui. **Sociedade e memória dos territórios**. Lisboa: Âncora, p. 137- 170, 2022.

NUNES, José de Sá. Topônimos Estrangeiros. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 433-443, julho-setembro, 1951. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/4032>. Acessado em: 12 de dezembro de 2023.

OLIVEIRA, Sebastião Almeida. Toponímia fluvial tanabiense. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 256-259, abril, 1940. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/2146>. Acessado em: 08 de dezembro de 2023.

PEREIRA, Erielson Miranda. **A toponímia urbana: uma proposta de sequência didática para o estudo do lugar no ensino de geografia**. 2021. P.79. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) - Centro de Ensino Superior do Seridó - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

REDAÇÃO COMENTÁRIOS. Discurso do embaixador José Carlos de Macedo Soares, **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 448-461, julho, 1940.

REDAÇÃO DO NOTICIÁRIO. I reunião Pan-Americana de consulta sobre geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 04, p. 370-378, abril-junho, 1962.

REDAÇÃO DO NOTICIÁRIO. I reunião Pan-Americana de consulta sobre geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 03, p. 451-463, julho-setembro, 1949.

REDAÇÃO DO NOTICIÁRIO. IV Assembleia geral do instituto Pan-Americano de Geografia e História - III Reunião Pan-Americana de consulta sobre Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 08, n. 04, p. 589-594, outubro-dezembro, 1946.

REDAÇÃO DO NOTICIÁRIO. Quinta Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Geógrafos Brasileiros. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 02, p. 347-348, abril-junho, 1950.

REDAÇÃO DO NOTICIÁRIO. Dicionário Geográfico Brasileiro, **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 129, junho, 1939.

REDAÇÃO DO NOTICIÁRIO. I Reunião Pan-Americana de consulta sobre Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 11, p. 145- 158, julho-setembro, 1949. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/4193>. Acessado em: 14 de dezembro de 2023.

REDAÇÃO DO NOTICIÁRIO. Índice de Topônimos da Carta do Brasil ao Milionésimo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 02, p. 152, 1971.

REDAÇÃO DO NOTICIÁRIO. V Congresso Brasileiro de Cartografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 03, p. 171, janeiro-março, 1971.

REDAÇÃO DO NOTICIÁRIO. X Congresso brasileiro de geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 01, p. 145-149, janeiro-março, 1944.

RESOLUÇÃO Nº 60 DE 22 DE JULHO DE 1939, **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 130-131, janeiro, 1940. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/2130>. Acessado em: 25 de dezembro de 2023.

ROSE-REDWOOD, Reuben. Rethinking the Agenda of Political Toponymy. **International E-Journal for Critical Geographies**, n. 10, v. 1, p. 34-41, 2011.

ROSE-REDWOOD, Reuben; ALDERMAN, Derek; AZARYAHU, Maoz. **The Political Life of Urban Streetscapes: Naming, Politics, and Place**. New York: Routledge, 2018. 356 p.

ROSTAING, Charles. **Les noms de Lieux**. Presses Universitaires de France, Saint-Germain-Paris, 1958. 128 p.



SAMPAIO, Aberto José. Fitogeografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 59-79, janeiro, 1940. Disponível em: <https://www.rbge.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/2113>. Acessado em: 15 de dezembro de 2023.

SANTOS, Cláudio João Barreto dos. **Geonímia do Brasil: A padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses**. 2008. P. 340. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Kairo da Silva. **Toponímia e Geografia: novos caminhos para o estudo crítico da nomeação dos lugares**. 2023. P. 231. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; MENEZES, Paulo Márcio Leal de. A memória toponímica dos vales dos rios Paraopeba e São Francisco, Província de Minas Gerais, no croqui topográfico de James Wells, de 1874. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**, v. 27, p. 175-197, 2020.

SANTOS, Martins. A propósito dos topônimos indígenas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 113-116, outubro, 1939. Disponível em: <https://www.rbge.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/385>. Acessado em: 26 de dezembro de 2023.

SECRETARIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. **Congressos brasileiros de geografia. Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, p. 651-666, julho-setembro, 1941.

SILVA, Gleilson Angelo da. **Vou à rua: Estudos sobre os logradouros do centro de Fortaleza através da geografia e da toponímia**. 2019. P. 262. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal do Ceará.

SOUILLET Guy. **Nécrologie** : Albert Dauzat, Joseph Cuillandre. In: *Annales de Bretagne*. Tome 62, numéro 2, 1955. pp. 378-379. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/abpo_0003-391x_1955_num_62_2_1994. Acessado em: 17 de março de 2023.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; JACINTO, Rui; NETO, Inocêncio de Oliveira Borges. Toponímia, identidade e processo de colonização do Rio Grande do Sul. In: Jacinto, Rui. **Dinâmicas socioeconômicas em diferentes contextos territoriais**. Lisboa: Âncora, p. 15-49, 2021.

WITHERS, Charles. Authorizing Landscape: 'Authority,' Naming and Ordnance Survey's Mapping of the Scottish Highlands in the Nineteenth Century. **Journal of Historical Geography**, n. 26, v. 4, p. 532-554, 2000.

YEOH, Brenda. Street-Naming and Nation-Building: Toponymic Inscriptions of Nationhood in Singapore. **Area**, n. 28, v. 3, p. 298-307, 1996.

ZELINSKY, Wilbur. Slouching Toward a Theory of Names: A Tentative Taxonomic Fix. *Names. A Journal of onomastics*, v. 50, n. 4, p. 243-262, 2002. Acessado em: 12 de junho de 2024.